

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.315.212 - GO (2018/0153527-9)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : DIWEY STARNLY FERREIRA QUEIROZ - GO024609
LEANDRO CÉSAR AZEVEDO MARTINS E OUTRO(S) -
GO026634
AGRAVADO : MANOEL DIAS VIEIRA FILHO
ADVOGADOS : MURILO COUTO LACERDA - GO028881
NATHALIA POLYANA COUTO LACERDA E OUTRO(S) -
GO047069
COUTO ADVOGADOS S.S. - GO000895

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. ALEGAÇÕES DE OFENSA À COISA JULGADA. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SUMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo interposto por BANCO DO BRASIL SA em face de decisão que inadmitiu recurso especial fundamentado na alínea "a", do inciso III, do artigo 105, da Constituição Federal e interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás assim ementado:

EMENTA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ALTERAÇÃO DE COISA JULGADA. IMPOSSIBILIDADE. HONORÁRIOS PROFISSIONAIS. DESPROVIDO.

1. Pretende o recorrente a alteração de situação jurídica já estabilizada pela coisa julgada, eis que o reconhecimento de inexistência de indébito foi objeto de julgamento no processo nº 347091-23.2007.8.09.01387 (200703470919). Com isso, inviável o reposicionamento judicial, tendo em vista a imutabilidade da coisa julgada. 2. Diante da proteção legal da verba destinada ao profissional da advocacia, correta se mostra a decisão recorrida, não apenas por proteger o trabalho profissional, como também por fazer valer o princípio da causalidade. AGRAVO CONHECIDO E DESPROVIDO. (e-STJ fl. 1.036)

Superior Tribunal de Justiça

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente, alegando a violação dos arts. 22, *caput* e §§ 1º a 4º, da Lei nº 8.906/94, 502 e 503 do Código de Processo Civil de 2015 sustentou, em síntese, que *"o título judicial sob execução nada preceituou acerca do pagamento de honorários contratuais na fase de cumprimento de sentença."* [sic] (e-STJ fl. 1.055).

Contrarrazões às fls. e-STJ 1.073-1.079.

Foram especificamente impugnados os fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial.

É o breve relatório.

Passo a decidir.

Com efeito, a irresignação recursal não pode prosperar.

No tocante às alegações de ofensa à coisa julgada e ao art. 22, *caput* e §§ 1º a 4º, da Lei nº 8.906/94, assim decidiu o Tribunal de origem:

No que pertine à alegação de indevida ampliação da condenação quanto ao pagamento dos honorários contratuais, para somente após se realizar a compensação de crédito, eis que a relação profissional entre as partes e seu causídico não pode gerar responsabilização à instituição financeira, tenho que igualmente improcedente.

Outro não poderia ser o entender, se intenciona o recorrente que seja feita a compensação de crédito de verba alcançada pela proteção legal inserta no artigo 22, do Estatuto do Advogado, que protege os honorários convencionados e os de sucumbência, como no caso presente, bem como autoriza o levantamento dos honorários processuais diretamente ao profissional habilitado, mediante a juntada do contrato de honorários. Eis o texto legal:

(...)

Com isso, diante da proteção legal da verba destinada ao profissional da advocacia, correta se mostra a decisão recorrida, não apenas por proteger o trabalho profissional, como também por fazer valer o princípio da causalidade. (e-STJ fls. 1.034-1.035)

Desse modo, alterar a conclusão do aresto recorrido no que atine ao alcance e aos limites da coisa julgada demandaria o necessário reexame fático-probatório dos elementos constantes dos autos, o que é vedado em sede

Superior Tribunal de Justiça

de recurso especial ante o óbice da Súmula 7/STJ.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. COISA JULGADA MATERIAL. EXISTÊNCIA DE COISA JULGADA. SÚMULA 7 DO STJ. EXTENSÃO DOS EFEITOS DA COISA JULGADA. SÚMULA 7 DO STJ.

1. É assente nesta Corte Superior que "conquanto seja de sabença que o que faz coisa julgada material é o dispositivo da sentença, faz-se mister ressaltar que o pedido e a causa de pedir, tal qual expressos na petição inicial e adotados na fundamentação do decisum, integram a res judicata, uma vez que atuam como delimitadores do conteúdo e da extensão da parte dispositiva da sentença" (REsp 795.724/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 1º/3/2007, DJ 15/03/2007).

2. É também em razão desse prisma que se firmou o entendimento de que em "havendo dúvidas na interpretação do dispositivo da sentença, deve-se preferir a que seja mais conforme à fundamentação e aos limites da lide, em conformidade com o pedido formulado no processo" (REsp 818.614/MA, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 26/10/2006, DJ 20/11/2006).

3. É pacífica a jurisprudência desta Corte Superior no sentido de que a alteração das conclusões do Tribunal a quo no tocante à existência ou não de coisa julgada, por não haver nas demandas identidade de parte, causa de pedir e pedido, demandaria o revolvimento fático-probatório dos autos, o que encontra óbice na Súm 7 do STJ.

4. Consigna-se, também nesse ponto, que o acolhimento da pretensão recursal, no sentido de rever o alcance e os limites da coisa julgada, demandaria, necessariamente, a incursão na seara fático-probatória constante nos autos, situação que atrai o óbice da Súmula nº 7 do STJ.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1267129/AM, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 07/05/2019, DJe 15/05/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. COISA JULGADA. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 458 E 535 DO CPC/1973. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO ACÓRDÃO RECORRIDO. VERIFICAÇÃO DOS LIMITES DA COISA JULGADA.

Superior Tribunal de Justiça

SÚMULA Nº 7 DO STJ.

1.[...].

2. O acórdão ostenta fundamentação robusta, explicitando as premissas fáticas adotadas pelos julgadores e as consequências jurídicas daí extraídas. O seu teor resulta de exercício lógico, restando mantida a pertinência entre os fundamentos e a conclusão, não se havendo falar, portanto, em ausência de fundamentação, razão pela qual se afasta também a alegada ofensa ao art. 458 do CPC. 3. O Tribunal a quo bem deslindou a controvérsia ora submetida à apreciação, não sendo, portanto, passível de reforma o acórdão vergastado, máxime porque não ocorreu ofensa aos limites objetivos da coisa julgada. Ademais, **o acolhimento da pretensão recursal, no sentido de rever o alcance e os limites da coisa julgada, demandaria, necessariamente, a incursão na seara fático-probatória constante nos autos, situação que atrai o óbice da Súmula nº 7 do STJ.**

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 778.197/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 27/04/2017, DJe 03/05/2017)

Ademais, não merece reparos a decisão que consigna ter o patrono da parte ora recorrida legitimidade para requerer, nos próprios autos da execução, o destacamento da condenação dos valores a ele devidos a título de honorários, sendo certo que, nesta última hipótese, deve proceder à juntada do contrato de prestação de serviços advocatícios, consoante o disposto nos arts. 22, § 4º, e 23 da Lei n. 8.906/1994

Assim, não procedem as alegações recursais.

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Advirta-se que *"não cabe a majoração dos honorários advocatícios nos termos do § 11 do art. 85 do CPC de 2015 quando o recurso é oriundo de decisão interlocutória sem a prévia fixação de honorários"* **(AgInt no REsp 1.507.973/RS, Relator o Ministro João Otávio de Noronha, julgado em 19/5/2016 e publicado no DJe de 24/5/2016).**

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator

